Parte 3 - Migração e estado

A construção de estados plurinacionais: há coexistência possível entre a universalidade e os particularismos?

Rosa Júlia Plá Coelho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COELHO, R. J. P. A construção de estados plurinacionais: há coexistência possível entre a universalidade e os particularismos? In: SANTOS, M. L., ANUNCIAÇÃO, C. S., and CAVALCANTI, V., eds. *Migrações e identidades: várias óticas e perspectivas* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 159-172. ISBN: 978-85-7455-492-1.

<https://doi.org/10.7476/9788574554921.0008>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A CONSTRUÇÃO DE ESTADOS PLURINACIONAIS: HÁ COEXISTÊNCIA POSSÍVEL ENTRE A UNIVERSALIDADE E OS PARTICULARISMOS?

Rosa Júlia Plá Coelho¹

A imigração tem sido uma característica central de muitos países durante séculos. Pessoas escolhem deixar seus países de origem por razões diferentes. Alguns optam por sair, outros são forçados. Para muitos, há fortes pressões sociais, políticas e econômicas, incluindo a opressão com base na raça e religião, que levam pessoas a procurar futuro diferente para si e para as gerações subsequentes em novas comunidades. As experiências de imigração e a adaptação são contínuas e muitas vezes envolvem deslocamento e perda de recursos que o imigrante tinha como incorporados e de sistemas de significação. Significa, também, a possibilidade de acesso às novas oportunidades de participação social e de recursos para viver. No novo país, as pessoas são confrontadas com os desafios de se estabelecer, refazer vidas e integrar seus valores, identidades e experiências ao novo contexto. Isso pode significar que as identidades sociais, valorizadas e construídas na comunidade de origem, podem ser desafiadas e reconstruídas

1 Professora de Direito Internacional da Universidade de Fortaleza. Mestre pela Universidad de Santiago de Compostela e doutoranda pela mesma Universidade e pela Universidade de Fortaleza.

na comunidade de destino porque há diferentes narrativas sociais e culturais que enfatizam a posição do indivíduo e dos outros, e uma história diferente de relações intergrupais.

Alentadas pesquisas têm contribuído para a compreensão desses desafios que seguem a imigração e a residência posterior (BERRY, 1997; BULHAN, 1980, 1985; TAJFEL, 1981). São centrais para este trabalho as questões de identidade, em particular as mudanças que ocorrem devido à aculturação, respostas que fluem de contato contínuo entre os grupos (GRAVES, 1967). Algumas respostas incluem assimilação, integração, marginalização e separação e estas refletem diferentes níveis de identificação com a casa e as novas comunidades (BERRY, 1997; 2001). Estes modelos têm sido úteis para destacar os desafios de estabelecer-se em uma cultura alienígena e os resultados variados que podem ser apresentados. No entanto, eles também têm sido criticados por causa da tendência de contar com conceituações estáticas da cultura e utilizando a cultura ocidental como ponto para comparação (BHATIA; RAM, 1998; SINHA; KAO, 1997). Entre outros, Bhatia e Ram destacam o fato de que essa orientação clama para que não se dê adequada atenção às questões de poder e às histórias de colonização e resistência, que podem ser fundamentais para compreender as várias maneiras pelas quais as comunidades e indivíduos podem responder a contextos novos e em mudança.

Neste trabalho, a identidade é vista como socialmente construída, ou seja, ela é produzida dentro de contextos sociais, culturais, econômicos e históricos específicos, e as pessoas têm acesso diferenciado aos recursos de identidade por causa das relações de poder (HALL, 2000). Do ponto de vista étnico, racial, de gênero e outras dimensões da diversidade, essas são construídas e negociadas em contextos socio-históricos específicos.

A imigração em larga escala em todo o mundo tem levado a níveis jamais antes vistos de diversidade, transformando comunidades de forma indelével e desafiando valores e identidades nacionais. Na história recente da Europa, marcada pela depressão na

economia, este rápido e hiperbólico movimento tem imposto às autoridades nacionais que lidem com uma complexa teia de temas envolvendo a imigração, que vão de como lidar com a incerteza econômica diante da chegada de tais fluxos de pessoas, passando pela defesa dos benefícios políticos da globalização, a igualmente aprender a lidar com identidades híbridas – desafios que têm gerado ansiedade, medo e mal-estar social.

A partir de 2010, a reação contra a imigração tem feito soar críticas por parte dos líderes europeus, no tocante ao multiculturalismo. O intento de se construir uma sociedade multicultural (multikulti) na Alemanha, por exemplo, falhou completamente; o que facilitaria que as pessoas vivessem felizes, lado a lado, construindo uma comunidade não funcionou, e os imigrantes precisariam de maior compromisso para integrar-se, incluindo aprender alemão (MERKEL, 2010). David Cameron e Nicholas Sarkozy também disseram algo parecido.

O professor Olivier Roy, eminente pesquisador francês sobre o Islã contemporâneo, amplia a crítica: “tanto a assimilação quanto o multiculturalismo falharam”. De forma ainda mais contundente, parte-se em defesa da identidade nacional, língua, cultura e valores comuns, o que tem levado muitos países a reduzir os direitos de residência e de cidadania ou nem mesmo permitir a entrada de novos imigrantes em seus territórios, como forma de reforçar políticas de conformidade cultural, as quais impõem sanções aos que desbordarem a moldura prevista. “Se não se proteger as nossas fronteiras, dezenas de milhões de migrantes continuarão a vir para a Europa” e um dia “seremos uma minoria no nosso próprio continente” (Viktor Orbán, Primeiro Ministro da Hungria, 2015).

Apesar de não serem incompatíveis com os valores da tolerância e respeito mútuo pela diversidade étnica-cultural-religiosa, a onda de opiniões mencionadas aponta para uma mudança de políticas integracionistas a partir de uma variante do multiculturalismo tradicional, o qual, pelo menos, em alguns estados Europeus, encorajaram a singularidade das comunidades formadas por minorias.

A Europa: entre multiculturalismo e assimilação

O multiculturalismo (comunitarianismo), na perspectiva de abordagem do termo estritamente analítica, desborda o mero pluralismo na sociedade, faz o multiculturalismo significar uma situação na qual minorias étnicas, culturais e religiosas são, ou são consideradas, como comunidades distintas, cujas políticas públicas incentivam este carácter distintivo.

Já na abordagem das políticas de assimilação, o indivíduo que pertence a um grupo de minoria imigrante passa a misturar-se totalmente com a paisagem do país de adoção – em termos culturais político-jurídicos (ex.: cidadania, exercício de direitos, domínio e expressão em língua nacional) e por uma questão de atitudes e identidade assim é percebido pelos nacionais.

Identidade: Vê-se como “francês”, em vez de ‘marroquino’, ‘britânico’ em vez de ‘indiano’, ou ‘alemão’, em vez de ‘turco’, e é percebido pela população do país de acolhimento como “um de nós”. A pessoa assimilada já não tem qualquer desejo de se relacionar com suas origens, exceto por uma questão de história da família. Em termos políticos, recusa admitir ou reconhecer comunidades distintas. Há um monolítico conceito de cidadania, e não há políticas públicas endereçadas ao reforço de valores e direitos das minorias étnicas, culturais e religiosas. Assimilação sugere que a responsabilidade de se integrar seja inteiramente do imigrante.

As mudanças nas legislações de vários Estados-Membros da União Europeia, em matéria de imigração, juntamente com as preocupações crescentes relacionadas à segurança e a uma maior necessidade de coesão social, levaram ao debate no seio das instituições quanto à residência, integração e emprego dos migrantes, por meio de políticas de equidade entre os Estados, desenhadas com base no acervo comunitário, entre elas a Diretiva 336, 2003 da Comissão Europeia:

A integração deverá ser entendida como um processo de duas vias com base em direitos e obriga-

ções recíprocos para a residência legal de nacionais de países terceiros e da sociedade de acolhimento, que prevê completa participação do migrante. Isto implica, por um lado, que é da responsabilidade da sociedade de acolhimento garantir que os direitos formais dos migrantes sejam respeitados de tal forma que o indivíduo tenha a possibilidade de participar na vida econômica, social, cultural e política e, por outro, que os imigrantes respeitem as normas e valores da sociedade de acolhimento fundamentais e participem ativamente no processo de integração, sem ter que abrir mão de sua própria identidade (EUR-LEX, *on-line*).

Chegar no país de asilo NÃO significa entrar no paraíso

Consoante a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) celebrada sob os auspícios do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR), o Art. 1º oferece o conceito de refugiado:

Aquele que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR, *on-line*).

No entanto, em alguns países como Alemanha e França e em outros países da União Europeia (UE), os requerentes de asilo vivem em alojamentos e têm mobilidade reduzida, sem direito ao trabalho e são vigiados, apesar de tais países serem signatários da Convenção

Relativa ao Estatuto dos Refugiados², que garante o exercício de atividades assalariadas, bem como de profissões liberais, na mesma forma garantida aos nacionais e a outros estrangeiros, ficando assim, por muitos anos, até que sua permanência no país seja decidida. Outros conseguem fugir e pedem asilo em igrejas católicas, mesmo sendo de outros credos (maioria mulçumana (80%) e ateus).

EMPREGOS REMUNERADOS

Art. 17 - Profissões assalariadas

1. Os Estados Contratantes darão a todo refugiado que resida regularmente no seu território o tratamento mais favorável dado, nas mesmas circunstâncias, aos nacionais de um país estrangeiro no que concerne ao exercício de uma atividade profissional assalariada.
2. Em qualquer caso, as medidas restritivas impostas aos estrangeiros ou ao emprego de estrangeiros para a proteção do mercado nacional do trabalho não serão aplicáveis aos refugiados que já estavam dispensados na data da entrada em vigor desta Convenção pelo Estado Contratante interessado.
3. Os Estados Contratantes considerarão com benevolência a adoção de medidas tendentes a assimilar os direitos de todos os refugiados no que concerne ao exercício das profissões assalariadas aos dos seus nacionais, e em particular para os refugiados que entraram no seu território em virtude de um programa de recrutamento de mão-de-obra ou de um plano de imigração (ACNUR, *on-line*).

Diante do aumento exponencial da chegada diuturna de migrantes nas fronteiras da Europa e das solicitações de asilo,

2 Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Série Tratados da ONU, nº 2545, v. 189, p. 137.

constata-se um recrudescimento por parte dos Estados e um crescente ceticismo, e até reações de intolerância e xenofobia por parte dos nacionais dos Estados, o que tem levado a UE a propor, em substituição ao fechamento de fronteiras aos migrantes, a criação de centros de acolhimento e triagem, visando identificar os casos que se enquadram na moldura legal do asilo (sírios, afegãos e eritreus) e os migrantes econômicos, bem como distribuí-los no território da UE (“quotas”) e “acompanhar” os ilegais para fora do espaço europeu.

Na verdade, o enquadramento do status de refugiado e de imigrante por razões econômicas em uma massa de migrantes na fronteira de um Estado é um exercício bastante complexo e, muitas vezes, pouco factível. Portanto, os migrantes têm que transpor os chamados muros visíveis, como também os invisíveis. Dos primeiros, menciona-se o muro de 20km de extensão existente na Espanha, na fronteira com o Marrocos (próxima a Gibraltar): Ceuta e Melilla são o enclave espanhol na África e representam o resquício do colonialismo europeu no continente africano ou ainda o Muro de Evros (10km) entre a Turquia e a Grécia (2012), que visa a proteção à “porta dos fundos da Europa”. Os segundos são representados pelas políticas imigratórias restritivas e pela discriminação dos imigrantes pelos nacionais, o que dificulta ou mesmo inviabiliza a integração dos migrantes, podendo resultar na formação de guetos, imigração ilegal, ativismo político ou, mesmo, produzir atos de terror ancorados na falta de sentimento de pertença à sociedade de destino. “Passei 10 anos nas fronteiras europeias até chegar à Alemanha. Nesse trajeto, aprendi a transformar meu trauma em ativismo” (TRÉSOR), refugiado e ativista fundador da associação “Voix des Imigrants”).

O desafio de integrar os imigrantes

Apesar do debate cada vez mais ácido e da intensificação das tensões entre a maioria e minorias étnicas e religiosas (muçulmanos, curdos, eritreus), a questão da islamização da Europa não é

algo assim tão recente na história do Continente; ela encontra suas origens na invasão islâmica da península Ibérica, também referida como invasão muçulmana, conquista árabe ou expansão muçulmana, e refere-se a uma série de deslocamentos militares e populacionais ocorridos a partir de 711, quando tropas islâmicas oriundas do Norte da África, sob o comando do general Tárique, cruzaram o estreito de Gibraltar, penetraram na península Ibérica e venceram Rodrigo, o último rei dos Visigodos da Hispânia, na batalha de Guadalete. Após a vitória, termina o Reino Visigótico.

Nos séculos seguintes, os muçulmanos foram alargando as suas conquistas na península, assenhoreando-se do território designado em língua árabe como al-Andalus, que governaram por quase oitocentos anos. Mesmo com o fim do domínio político, que em Portugal durou mais de cinco séculos e em Espanha cerca de oito, a ação árabe sobre a cultura e as civilizações cristãs subsistiram. O casamento entre mulçumanos e cristãos favoreceu isso. Por exemplo, Afonso VI, rei de Leon, casou-se com Zaida, filha do rei de Sevilha. Como os povos invasores eram de certa maneira flexíveis com os povos dominados, tal fato contribuiu para que não houvesse a perda total da tradição cristã peninsular ibérica, havendo assim uma “simbiose” de vocabulários e saberes. Já no século XVII, os franceses protestantes emigraram para a Alemanha (Paz de Vestfália, 1648).

No final do século XIX, a fundação do Império Alemão, em 1871, acelerou a industrialização da Alemanha. Apesar da diminuição da emigração, a mão de obra não era suficiente. A Alemanha se tornou novamente um país de imigração. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, por volta de 1,2 milhão de imigrantes trabalhavam na Alemanha, provenientes principalmente da Polônia. Depois vieram os Russos (Revolução de Outubro) e na Modernidade, os primeiros trabalhadores mulçumanos chegaram à Alemanha no início da década de 1960, com a celebração do “Tratado para Recrutamento de Trabalhadores Turcos (1961)”, notadamente para suprir postos de baixa qualificação, em um cenário em que o país enfrentava forte escassez de mão de obra, o que se tornava um entrave para a reconstrução da economia do país.

No entanto, o sentimento europeu e especificamente alemão era de transitoriedade da presença desses trabalhadores, até porque o Tratado tinha vigência inicial de cinco anos. Estes, diferentemente dos fluxos migratórios anteriores de índole e culturas cristãs, traziam desafios maiores ligados à língua, aos valores culturais e à religião muçulmana.

Hoje, a comunidade turca na Alemanha conta com cerca de 3,0 milhões de pessoas. Em alguns bairros de Berlim, eles chegam a ser maioria. Apesar de muitos estarem completamente adaptados à vida aqui, os dados mostram que para outros as diferenças ainda estão longe de ser superadas. O percentual de migrantes turcos que terminam a escola é significativamente menor do que entre estrangeiros de outras nacionalidades. O desemprego é outro problema que atinge o grupo com mais força (10,4%, contra uma taxa de 6,4% para o conjunto da Alemanha). E a religião, muitas vezes, continua sendo motivo para conflitos. Cinquenta anos após o desembarque dos primeiros trabalhadores turcos, a integração de suas famílias à sociedade alemã permanece um desafio (MENCHEN, 2011, p. 1).

Assim, com base nas tradições e na cultura judaico-cristã para o *homo medius* europeu parece muito estranho e, para muitos inaceitável, os sinais visíveis da cultura islâmica, como o uso de burkas ou mesmo, como acontece em Bruxelas, regiões da cidade serem controladas por grupos muçulmanos que impõem suas regras de conduta. Há alguns anos surgiu um grupo militante buscando impor o islamismo na Bélgica (Sharia4Belgium) ou a aplicação da Lei Islâmica – Shariah – nas relações entre os nacionais de países árabes, com direito a assassinatos, degolações, chicotadas e o que mais couber ao circo dos horrores do obscurantismo e fanatismo religioso. Estamos, de fato, diante da real falência do multiculturalismo.

Tem-se um problema circular, em que guerras impulsionadas pela Europa e EUA no Oriente Médio, por exemplo, criam hordas de refugiados que acabam tentando ingressar na Europa em busca

de um novo começo. Por outro lado, refugiados que encontram sua salvação na Europa acabam por se fanatizar e engrossar fileiras de grupos que serão, então, combatidos pela Europa – ou mesmo grupos extremistas gestados dentro de países europeus, exatamente por não se sentirem aceitos e respeitados, o que causa maior animosidade, ódio e medo por parte da população autóctone.

By contrast, some contemporary Muslim communities are making demands for group rights that simply cannot be squared with liberal principles of individual equality. These demands include special exemptions from the family law that applies to everyone else in the society, the right to set up special religious schools with state support, and the right to exclude non-Muslims from certain types of public events. In some more extreme cases, Muslim communities have even expressed ambitions to challenge the secular character of the political order as a whole. These types of group rights clearly intrude on the rights of other individuals in the society and push cultural autonomy well beyond the private sphere (EWING, 2000, p. 31).

A adoção de posição antagônica e de desafio à ordem pública do Estado em que se inserem os imigrantes só espelham a intolerância recíproca e, inclusive, atentam contra o próprio espírito da Convenção, no âmbito das obrigações gerais, previstas no Art. 2º: Todo refugiado tem deveres para com o país em que se encontra, os quais compreendem notadamente a obrigação de se conformar às leis e aos regulamentos, assim como às medidas tomadas para a manutenção da ordem pública. Ao seu turno, os Estados devem envidar esforços para aplicar o princípio da não discriminação (Art. 3º), agindo sem discriminação quanto à raça, à religião ou ao país de origem.

As questões ligadas à imigração demandam um forte ingrediente de boa vontade por parte dos Estados, com a adoção de políticas públicas que respeitem os princípios da não discriminação, liberdade religiosa, cooperação e solidariedade. Nessa seara, vale aprofundar o

diálogo com os países terceiros da União Europeia, responsáveis pelo envio massivo de pessoas, tais como Turquia, Jordânia, Tunísia, Síria, Iraque, Afeganistão e com a ONU, representada pelo ACNUR. Aprofundar o diálogo com os países terceiros facilita a regulação dos fluxos migratórios e constitui um elemento crucial da luta contra a imigração ilegal e o tráfico de pessoas. Reforço ao papel da ONU na proteção aos Direitos Humanos (diplomacia e meios políticos) e na forma de resolução de conflitos armados.

No quadro deste diálogo, que sejam realizados progressos em favor do reconhecimento mútuo das qualificações profissionais dos nacionais de países terceiros. Ainda que a União Europeia explore melhor as possibilidades proporcionadas pelo Acordo Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os Serviços, no sentido de negociar acordos que autorizem a entrada temporária de pessoas para prestação de serviços no interior das fronteiras europeias.

O reforço ao apoio financeiro da União à integração dos migrantes por meio do Fundo Europeu para os Refugiados deverá continuar a financiar o estabelecimento de programas e de políticas de integração em favor dos refugiados e das pessoas que se beneficiam da proteção internacional. Reforçar a coordenação das políticas de integração em matéria de imigração, em quatro domínios prioritários: a) Programas de introdução para os imigrantes recém-chegados; b) Formação linguística no país de acolhimento; c) Participação dos imigrantes na vida civil, cultural e política; d) Cidadania cívica e possibilidade de aquisição de nacionalidade depois de cumpridas todas as exigências.

Assim, os imigrantes devem ser ajudados a integrar-se na sociedade através da garantia do exercício de direitos fundamentais, acompanhados das obrigações correspondentes. Esta responsabilidade cívica pode preparar a aquisição da nacionalidade e oferecer a possibilidade de uma participação política ulterior aos imigrantes residentes de longa duração.

O sucesso de uma abordagem global da problemática da imigração depende dos governos, embora estes devam igualmente

poder contar com a cooperação dos parceiros sociais, da comunidade acadêmica e dos prestadores de serviços públicos, das ONGs e dos outros intervenientes da sociedade civil, incluindo os próprios imigrantes.

Neste campo, alguns imigrantes têm necessidades e prioridades específicas, que devem ser tidas em conta nas estratégias globais em matéria de integração. É o caso dos refugiados, das pessoas que se beneficiam de proteção internacional, das mulheres e dos jovens imigrantes de segunda ou terceira geração.

Finalmente, os nacionais de países terceiros que residem ilegalmente na União Europeia representam um desafio enorme para o processo de integração. No contexto da política comum em matéria de imigração, a única abordagem coerente da questão dos residentes ilegais consiste em assegurar o seu repatriamento para os países de origem. Conclui-se que a União Europeia deve intensificar os seus esforços a fim de tornar o enquadramento europeu em matéria de imigração mais coerente, homogêneo e garantir que a imigração contribua o mais eficazmente possível para vencer os novos desafios demográficos e económicos com que a UE se defronta.

Referências

Acesso do direito da União Europeia.EUR-LEX. Disponível em: <eurlex.europa.eu/homepage.html>.

ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BERRY, J. W. Immigration, acculturation, and adaptation. *Applied Psychology: An International Review*, v. 46, p. 5-34. 1997.

BERRY, J. W. A psychology of immigration. *Journal of Social Issues*, v. 57, n. 3, p. 615- 631, 2001.

BHATIA, S; RAM, A. Rethinking ‘acculturation’. In: Relation to diasporic cultures and postcolonial identities. *Human Development*, v. 44, n. 1, p. 1-18. Hermans & Kempen, 1998.

BULHAN, H. A. Dynamics of cultural in-betweenity: An empirical study. *International Journal of Psychology*, v. 15, p. 105-121, 1980.

BULHAN, H. A. Frantz Fanon and the psychology of oppression. New York, N.Y.: Plenum Press, 1985.

EWING, Katherine P. “Legislating Religious Freedom: Muslim Challenges to the Relationship between ‘Church’ and ‘State’ in Germany and France,” *Daedalus* 129 (Fall 2000): 31–54.

GRAVES. Psychological acculturation. In: A tri-ethnic community. Southwestern *Journal of Anthropology*, v. 23, p. 337-350, 1967.

HALL, S. Who needs ‘identity’? In: Du Gay, J. Evans; Redman, P (Eds.). *Identity: A reader*. London, UK: Sage, 2000, p. 15-30.

MENCHEN, Denise. 50 anos de imigração turca na Alemanha. Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais-LADEM/UFJF. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/ladem/2011/04/06/50-anos-de-imigracao-turca-na-alemanha/>>.

MERKEL, Angela. O multiculturalismo faz parte do passado. Disponível em: <<http://www.voxeurop.eu/pt/content/>>, 2010.

ROY, Olivier. **Full Equality before the Law for All Religions**. Disponível em: <<http://en.qantara.de/content/interview-with-olivier-roy-full-equality-before-the-law-for-all-religions>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

SINHA, D; Kao, H. S. R. **The journey to the east**: An introduction. In: Kao, H. S. R; Sinha, D (Eds.). Asian perspectives on psychology. New Delhi, India: Sage, 1997, p. 9-22.

TAJFEL, H. **Human groups and social categories**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1981.